

# URBANIZAÇÃO NO CAPITALISMO COM DOMINÂNCIA FINANCEIRA: A MERCANTILIZAÇÃO E A PRIVATIZAÇÃO DO MUNDO

**José Micaelson Lacerda Moraes (URCA)**

## **Resumo:**

Partimos da ideia de que, sob o capitalismo com dominância financeira, a totalidade social, com destaque neste estudo para o processo de urbanização, encontra-se subsumida à lógica da valorização do capital, no movimento que denominamos de mercantilização e a privatização do mundo. Perspectiva na qual a relação entre o capital e a evolução da urbanização deve ser considerada dialeticamente. Nesse sentido, a constituição da sociedade urbana não poderia ser outra coisa que não a contradição do próprio processo de valorização do capital, num mundo marcado pelos processos de liberalização, desregulamentação e privatização. A contrapartida espacial do novo processo de acumulação, na virada do século XX para o XXI, momento no qual o capitalismo “desregulamenta” a cidade e transforma espaços específicos desta em mercadoria, sujeita às vicissitudes do capital, é uma forma mais complexa e avançada de segregação espacial, que apesar das particularidades regionais, ocorre em termos mundiais.

**Palavras-chave:** capitalismo, urbanização, novas diferenças geográficas.

## **Abstract:**

We start from the idea that the social totality, highlighted in this study to the process of urbanization, under capitalism with financial dominance, is subsumed under the logic of accumulation of capital, the movement we call the commodification and privatization of the world. In this sense, the creation of urban society is entered in adversarial proceedings for capital accumulation, in the world marked by the processes of liberalization, deregulation and privatization. At the turn of the twentieth century to the twenty-first, the spatial counterpart of the new process of accumulation, moment when capitalism "deregulated" the city and transforms spaces this in commodity it is a more complex and advanced form of spatial segregation that despite regional particularities occurs globally.

**Keywords:** capitalism, urbanization, new geographical differences.

## **Sessões Ordinárias**

**Área: 6. Capitalismo e Espaço / Subárea: 6.2. Estruturas e dinâmicas urbanas.**

## **1 Introdução**

Diante da generalização do processo de urbanização, concordamos com Alessandri Carlos (2008, p.49) quando a mesma afirma que “[...] o urbano é o modo pelo qual a reprodução do espaço se realiza na contemporaneidade”. Compreendendo, dessa forma, a produção do espaço enquanto materialização das relações sociais. Conforme, ainda, a referida autora esse processo envolve a “[...] produção/reprodução do espaço como condição/meio e produto da reprodução social em sua totalidade [...]” (ALESSANDRI CARLOS, 2008, p. 49). As desigualdades sociais derivadas das anárquicas relações de produção, que formam diferentes grupos sociais, se refletem no espaço

urbano. Dependendo da força do trabalho em relação ao capital em determinar o nível das relações de produção, temos formas resultantes das estruturas espaciais, ou seja, as estruturas socioespaciais estão vinculadas aos processos sociais: “[...] Assim, as estruturas espaciais das cidades norte-americanas são completamente diversas daquelas das cidades europeias e latino-americanas, por exemplo [...]” (VASCONCELOS, 2013, P.17)

A urbanização representa, portanto, uma condição, um meio e um produto do próprio processo de reprodução da sociedade e atualmente o seu elemento definidor (ALESSANDRI CARLOS, 2008). Apesar de Sposito (2008, p. 61) considerar a urbanização, “[...] ao mesmo tempo, um fato, um movimento, um processo cujas diretrizes são múltiplas e imponderáveis [...]”, afirmamos que o fenômeno pode ser bem compreendido dentro da estrutura do movimento do capital, tal como Marx o delineou. Isto porque a totalidade social, com destaque neste estudo para a urbanização, encontra-se subsumida à lógica da valorização do capital, no movimento que denominamos de mercantilização e a privatização do mundo.

O avanço do capitalismo, ou seja, a universalidade do capital, tem como implicação a subordinação da sociedade e da política aos seus desígnios. De forma que o espaço sob o capitalismo produz-se segundo a sua própria lógica: a lógica do capital. À sua expansão econômica, à mercantilização e à privatização do mundo, de forma combinada e desigual, podemos acrescentar que, espacialmente, configura-se através da formação de processos simultâneos de homogeneização, hierarquização, segregação e fragmentação inter e intraurbanos. Nesse sentido, a constituição da sociedade urbana não poderia ser outra coisa que não a contradição do próprio processo de valorização do capital.

Quanto mais o capital polariza a sociedade tanto mais hierarquizada e fragmentada é a produção do espaço e, por consequência, a urbanização. Poderíamos até sugerir uma interpretação alternativa do esquema de reprodução de Marx, para representar espaço como mercadoria central no processo de valorização e no ciclo do capital modernamente. Ao invés de  $D-M-D'$ , poderíamos utilizar  $E-D-E'=D'$ , para configurar a importância do espaço no processo de valorização atual do capital. Onde E representa o espaço físico urbano para valorização do capital. Para ilustrar pontualmente, citamos Alessandri Carlos (2008, p. 51), quando a mesma se refere às renovações urbanas em áreas portuárias: “[...] As Docklands em Londres, Puerto Madero na Argentina, o projeto de mudanças em Barcelona – são todas áreas que revelam uma homogeneidade tanto na concepção quanto na expressão arquitetônica, criando uma ‘nova mercadoria’ para o mercado mundial: a cidade.” Ao mesmo tempo é verificado o crescimento das favelas em todo o hemisfério sul. Como mostra Davis (2006, p. 34), “[...] os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes dos países menos desenvolvidos; isso corresponde a pelo menos um terço da população urbana global.”

Nessa perspectiva, a conquista do mundo pela cidade também representa a conquista do capital de toda a sociedade, inclusive nas esferas política, cultural e ideológica. Sintetizamos os resultados dessa conquista através de uma citação, embora, longa, contundente de Alessandri Carlos (2008, p. 52):

Isso significa também afirmar que o esgarçamento das relações sociais gera uma crise social acompanhada por constrangimentos e normas quanto ao uso, cada vez mais escasso, dos lugares da prática socioespacial, pois, ao se mudarem os valores, a rede de sociabilidade torna obsoletos os contatos locais, as práticas culturais passam a ser questionadas e envolvidas pela produção dos signos necessários para justificar/restaurar a segregação como dissociação das relações sociais entre diferentes. Os signos do progresso – produzidos como signos da sociedade urbana de uma metrópole moderna como São Paulo – são reproduzidos afastando e expulsando as favelas das áreas valorizadas, ou criando muros, no caso das favelas mais consolidadas na cidade, para apartar o pobre do rico e de seus filhos. As políticas de revitalização ‘higienizam’ os lugares da cidade, a exemplo dos centros, preparando-os para atrair investimentos.

A hipótese norteadora de todo o trabalho é a de que a estrutura espacial urbana está associada às formas da reprodução das relações sociais de produção que, por sua vez, é condicionada pelo regime de acumulação capitalista, o qual tem como objetivo a mercantilização e a privatização do mundo na sua incessante expansão. Desse modo, a relação entre o capital e a evolução da urbanização deve ser considerada dialeticamente. Ao invés de dividir a totalidade do sistema capitalista entre regime de acumulação e regime de regulação, por exemplo, e, conseqüentemente, entre regime urbano e regulação urbana, deve-se considerar as transformações do capital e suas conseqüências sobre a urbanização, como uma totalidade, complexa, permeada por campos de tensões, mediada pelos diversos níveis inter-relacionados de exploração da força de trabalho e como esta responde espacialmente.

Isto posto, o trabalho está dividido em mais quatro seções. A segunda seção discute as leis gerais do movimento de acumulação de capital e as estruturas urbanas. Na seção três é apresentada uma discussão sobre as estruturas urbanas ao longo da história do capitalismo. Finalmente, na seção quatro apresentamos uma análise das estruturas urbanas sob o capitalismo com dominância financeira.

## **2 As leis gerais do movimento de acumulação do capital e as estruturas urbanas**

Através da relação entre as leis gerais do movimento do capital e a história do modo de produção capitalista podemos derivar a evolução das formas de urbanização. Precisamos, entretanto, fazer mediações para entender as diferenças nas formas de urbanização, tanto transversalmente, quanto ao longo do tempo. Pois, como afirma Mandel (1972, p.14), “o modo de produção capitalista não se desenvolveu em meio a um vácuo, mas no âmbito de uma estrutura sócio-econômica específica, caracterizada por diferenças de grande importância [...]”, de forma que

“[...] o sistema mundial capitalista é, em grau considerável, precisamente uma função da validade universal da lei de desenvolvimento desigual e combinado.”<sup>1</sup> Diríamos, então, que a cristalização das formas de urbanização são resultado da “textura viva desse processo histórico”<sup>2</sup>, que decorre de uma “[...] permanente reestruturação geográfica dos sistema-mundo capitalista [...] rearranjos [que] só poderiam ser chamados de ‘desenvolvimento’ se fosse possível demonstrar que se associam a uma redução da polarização global do sistema [...] (WALLERSTEIN, 2001, p. 34). Assim, a polarização do sistema corresponde a polarização urbana que têm aumentado ao longo da história, como discorreremos mais adiante neste texto. De forma que “[...] o capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão ‘global’ do trabalho e de funções) apropriadas à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história [...]”. (HARVEY, 2006, p. 87)

Para Abramo (1995), a articulação geral do capitalismo com a estrutura urbana e os modos como essa especialidade é construída são revelados por dois conceitos: regime urbano; e regulação urbana. Portanto, o autor utiliza uma abordagem fundamentada na escola francesa de regulação. Assim, regime urbano identifica a estrutura urbana, em fases particulares do capitalismo, e a regulação urbana representa “[...] mecanismos sociais que permitem a reprodutibilidade das relações sociais de produção [...]” (ABRAMO, 1995, p. 511)

Todavia, a abordagem de Abramo (1995), derivada da escola francesa da regulação, que propõe a hipótese de que aos regimes de acumulação correspondem condições institucionais, culturais e sociais específicas é tanto linear, quanto enganosa, quando aplicada ao que o autor denomina de regime urbano e regulação urbana. Apresentamos duas razões para confirmar nossa hipótese. Primeiro, conforme Wallerstein (2001, p. 9), é necessário “[...] ver o capitalismo como um sistema histórico, abrangendo o conjunto de sua história como realidade concreta e única [...]”. Nesse sentido, não é que as condições institucionais, culturais e sociais “correspondam” aos regimes de acumulação, mas sim que estes criem aquelas à sua maneira, à sua funcionalidade. Além de que essas “condições institucionais” não englobam o papel que as sociedades e economias não

---

<sup>1</sup> Mandel (1972, p. 14) mostra que essas diferenças de grande importância podem ser encontradas, “[...] por exemplo, na Europa Ocidental, Ásia continental, América do Norte, América Latina e Japão”. A esse respeito é importante, ainda, a seguinte citação do autor: “[...] As formações sócio-econômicas específicas – as ‘sociedades burguesas’ e economias capitalistas – que surgiram nessas diferentes áreas no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, e que em sua unidade complexa (juntamente com as sociedades da África e da Oceania) abrangem o capitalismo ‘concreto’, reproduzem em formas e proporções variáveis uma combinação de modos de produção passados e presentes, ou, mais precisamente, de estágios variáveis, passados e sucessivos, do atual modo de produção. A unidade orgânica do sistema mundial capitalista não reduz absolutamente essa combinação, que é específica em cada caso, a um fator de importância secundária em face da primazia dos traços capitalistas comuns ao conjunto do sistema [...]”.

<sup>2</sup> Tradução livre do termo utilizado por Trotsky (1929, p. 43), grifo nosso: “Mediante la aproximación económico de los países y la igualación del nivel de su desarrollo, el capitalismo obra con sus métodos, es decir, con métodos anárquicos, que zapan continuamente su propio trabajo, oponiendo un país y un ramo de la producción a otro, favoreciendo el desenvolvimiento de ciertas partes de la economía mundial, frenando o paralizando el de otras. Sólo la combinación de esas dos tendencias fundamentales, centrípeta y centrífuga, nivelación y desigualdad (consecuencias ambas de la naturaleza del capitalismo) nos explica *el vivo entrelazamiento del proceso histórico*.”

capitalistas, ou apenas semicapitalistas, desempenharam e continuam a desempenhar no processo de acumulação capitalista. Como afirma Mandel (1972, p. 15), sem o dimensionamento desse papel “[...] seria praticamente impossível compreender traços específicos de cada estágio sucessivo do modo de produção capitalista [...]”. Segundo, considerando o sistema mundial capitalista, como descrito por Mandel, ou a estrutura da economia-mundo capitalista, conforme Wallerstein, os regimes de acumulação não podem ser separados em dois (acumulação extensiva e intensiva). Essas formas coexistem e são de fundamental importância para a reprodutibilidade do capital e do capitalismo. Como disse Wallerstein (2001, p. 21), o processo de produção capitalista “[...] sempre resulta em um compromisso historicamente desconfortável [...]”. De modo que o que há de novo em cada regime de acumulação sob o capitalismo é a coordenação entre divisão do trabalho e valorização do trabalho e a formação, realização e distribuição da mais-valia. É desta última perspectiva, principalmente, nestes três aspectos da mais-valia que precisamos considerar a estrutura urbana no modo de produção capitalista.

Uma terceira razão que fragiliza os argumentos da escola francesa de regulação, aplicados a espacialização da sociedade, também é dada por Wallerstein (2001). Para esse autor as crises capitalistas, especificamente no sistema produtivo, são crises que resultam em uma distribuição mais equilibrada. Nesse sentido, a crise de 1929, e suas consequências, podem ter como contrapartida a formação de um período mais equilibrado da relação entre capital e trabalho, mediados pelo automóvel e a moradia como formas de consumo desta etapa do capitalismo. Todavia, acreditamos que as crises também podem ser resolvidas em favor do capital, como foi o período de crise do fordismo, nos anos 1970, em que o capital descolocou suas operações na hierarquia da cadeia mercantil, bem como alcançou uma nova fronteira de acumulação nos ativos patrimoniais e financeiros.<sup>3</sup> Ambas tiveram repercussões diferenciadas sobre a estrutura urbana, como será discutido mais adiante.

Entendemos que o capitalismo é um sistema social histórico e o que distingue de outros sistemas sociais é a forma como o capital passou a ser usado, no seu impulso de mercantilizar tudo. Para Wallerstein (2001, p. 15), “[...] nenhuma relação social permaneceu intrinsecamente isenta de uma possível inclusão [...]”. Portanto, para entender sua formação, perspectivas atuais e consequências sobre urbanização precisamos também entender o alcance da lei do valor. O que implica em observar como um regime de acumulação de capital cria sua própria forma de reprodutibilidade, “[...] mesmo quando teve de enfrentar uma oposição social mais enfática e

---

<sup>3</sup> “[...] Hoje, por exemplo, assistimos a uma transferência maciça, em escala mundial, das indústrias automobilística, siderúrgica e eletrônica. O fenômeno de transferência é parte do capitalismo histórico desde que ele existe.” (WALLERSTEIN, 2001, p. 33)

organizada.” (WALLERSTEIN, 2001, p. 18). A citação do referido autor é bastante ilustrativa quanto ao aspecto aqui considerado:

Assim, o capitalismo histórico é o *locus* concreto – integrado e delimitado no tempo e no espaço – de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital; esta acumulação é a ‘lei’ que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela. É o sistema social no qual aqueles que operaram segundo essas regras produziram um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros foram forçados a se adaptar ou cujas consequências passaram a sofrer. É o sistema social em que o alcance dessas regras (a lei do valor) se ampliou cada vez mais, em que sua imposição se tornou cada vez mais firme e sua penetração no tecido social cada vez maior [...]. (WALLERSTEIN, 2001, p. 18)

No que concerne especificamente ao regime de regulação podemos desconstruir o argumento da escola francesa de regulação, como apresentado por Abramo (1995), mostrando a necessidade do capitalismo de criação de um estrato intermediário para a funcionalidade do sistema. As repercussões sobre a urbanização desse processo serão discutidas mais adiante. Mas, podemos adiantar que sob um regime de acumulação capitalista o seu esquema de reprodução nunca é coerente, porque o objetivo último do sistema é a própria acumulação e está envolta em um conjunto de contradições intermináveis. No momento é necessário apenas ilustrar nossa ideia.

O processo de racionalização, central para o capitalismo, exigiu a criação de um estrato intermediário que abrangesse os especialistas dessa racionalização, como administradores, técnicos, cientistas e educadores. A própria complexidade não só da tecnologia, mas do sistema social tornou essencial que esse estrato fosse grande e, com o tempo, possível de ampliação [...] esses gerentes são parte da burguesia, e sua reivindicação de participar da partilha do excedente ganhou forma ideológica precisa no conceito – do século XX – de capital humano [...] e [...] legitimou a eliminação impiedosa de todas as barreiras à expansão eficiente da produção [...] (WALLERSTEIN, 2001, p. 73)

Portanto, queremos destacar que a relação entre o capital e a evolução da urbanização deve ser considerada dentro de um quadro maior, que ao invés de dividir a totalidade do sistema capitalista entre regime de acumulação e regime de regulação, considere as transformações do capital e suas consequências sobre a urbanização, mediada pelo tipo de exploração da força de trabalho e como esta responde também espacialmente. Preferimos acreditar, como Harvey (1980, p. 34), na

[...] cidade como um sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação. Se desejarmos entender a trajetória do sistema urbano, devemos entender os relacionamentos funcionais que existem dentro dele, e as feições independentes no processo social e na forma espacial que podem mudar a linha daquela trajetória. É uma ingenuidade desnecessária pensar em termos de relações causais simples entre a forma espacial e o processo social [...]

### **3 As estruturas urbanas ao longo da história do capitalismo**

Partimos da ideia de que uma estrutura espacial urbana está associada às formas da reprodução das relações sociais de produção capitalista. Essa reprodução, que sendo determinada pelo processo de acumulação, define também a funcionalidade do urbano, estabelecendo os espaços

do trabalho, da moradia, do lazer, do consumo, de acordo com os estratos de renda gerados pelo regime de acumulação. De forma que não temos necessariamente uma relação recíproca entre regime urbano e estrutura urbana, mas camadas superpostas, campos que se inter-relacionam e se superpõem como funcionalidades para a reprodutibilidade do capital. Para Harvey (1980, p. 36), “[...] o próprio espaço é visto como multidimensional, não homogêneo, talvez descontínuo, altamente personificado, e significativo de diferentes modos, em diferentes contextos de atividade social [...]”.

A sociedade urbana nasce com a industrialização<sup>4</sup>, pois “[...] o processo de integração do mercado e da mercadoria (pessoas e coisas) à cidade dura séculos e séculos [...]” (LEFEBVRE, 1999, p 19). Somente no século XIV, na Europa Ocidental, quando a troca comercial torna-se uma função urbana é que surge também uma nova estrutura do espaço urbano. Temos uma inversão no sentido campo-cidade para o de cidade-campo devido ao crescimento do capital comercial. Temos o surgimento da cidade comercial que precede a cidade industrial. A emergência do capital industrial, por sua vez, faz emergir a cidade industrial. No entanto, leva algum tempo para que cidades novas (cidade industriais) se ergam, pois:

Sabe-se que inicialmente a indústria se implanta – como se diz – próxima às fontes de energia (carvão, água), das matérias-primas (metais, têxteis), das reservas de mão-de-obra. Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço. Logo, ela pode se implantar em qualquer lugar, mas cedo ou tarde alcança as cidades preexistentes, ou constitui cidades novas [...] (LEFEBVRE, 1999, p. 23)

A realidade urbana passa a representar uma enorme concentração de pessoas, de atividades, de riquezas, ao mesmo tempo uma projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos na forma de periferias, subúrbios, satélites, etc, todos integrados funcionalmente para o processo de acumulação de capital. Esse processo histórico, denominado por Lefebvre, 1999) de “implosão-explosão” produz uma série de consequências, entre as quais destacamos:

- 1) “[...] o crescimento da produção industrial superpõe-se ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica [...]”
- 2) “[...] a compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer obstáculos [...]”
- 3) “[...] a realidade urbana torna-se – causa e razão. O induzido torna-se dominante (indutor) [...]”
- 4) “[...] a *problemática urbana* impõe-se à escala mundial [...]” (LEFEBVRE, 1999, p. 24)

Nesse processo é necessário enfatizar que “[...] a realidade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-las [...]”. De forma que, mais uma vez, não podemos falar de uma relação recíproca entre regime de acumulação e regime de regulação, no tocante a estrutura urbana, visto que “[...] se há uma realidade urbana que se afirma e se confirma

---

<sup>4</sup> “[...] Não há dúvida que cada modo de produção ‘produziu’ (não como uma coisa qualquer, mas como uma obra privilegiada) um tipo de cidade, que o ‘exprime’ de maneira imediata, visível e legível no terreno, tornando sensíveis as relações sociais as mais abstratas, jurídicas, políticas, ideológicas. [...]” (LEFEBVRE, 1999, p. 32)

como dominante, isso só se dá através da *problemática urbana* [...]” (LEFEBVRE, 1999, p. 24). Por seu turno, o espaço urbano é uma contradição concreta que exige uma análise dialética de suas contradições.

Assim, o urbano, considerado como ‘campo’, não é concebido simplesmente como espaço vazio repleto de objetos. Se há cegueira, não se deve apenas ao fato de não se ver os objetos e o espaço parecer vazio. O urbano? É um campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente. A cegueira consiste em não se ver a forma do urbano, os vetores e tensões inerentes ao campo, sua lógica e seu movimento dialético, a exigência imanente; no fato de só se ver coisas, operações, objetos (funcionais e/ou significantes de uma maneira plenamente consumada) [...]” (LEFEBVRE, 1999, p. 45)

Parece mais significativo abordar o urbano como um conjunto de vetores e tensões do que a partir de uma relação de reciprocidade entre regime e estrutura urbana. O que pode contribuir de forma fundamental para o estudo da relação entre capital e urbanização. Portanto, conceitos como “campo”, vetores, tensões, hierarquia, exploração, segregação, periferia, centralidade, tornam-se muito mais próximos de explicar as estruturas urbanas e suas dinâmicas.

Como mostra Engels (1845), na medida em que a indústria e o comércio se desenvolveram nas grandes cidades, a centralização da propriedade atingiu o mais alto grau. Através de sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” podemos observar a importância que o valor da terra assumiu naquele período e a forma de estruturação do espaço urbano. Para tanto é singular a seguinte citação:

[...] o valor da terra tornou-se mais alto com o desenvolvimento industrial e quanto mais subia, mais freneticamente se construía, sem a menor preocupação com a saúde e o conforto dos moradores, com o único objetivo de obter o maior lucro possível e com base no princípio de que, por pior que seja um casebre, há sempre um pobre que não pode pagar outro menos ruim. [...] (ENGELS, 1845, p. 96)

É possível observar na passagem acima a correspondência entre a situação das relações de produção daquele momento e a estrutura urbana resultante: construção de casebres em espaço livre entre velhas casas; bairros sem aspecto urbano e casas velhas superhabitadas; habitações em porões úmidos e insalubres. Citemos mais uma vez Engels (1845, p. 137), sobre o espaço urbano da classe operária inglesa em meados de 1900:

[...] É verdadeiramente revoltante o modo como a sociedade moderna trata a imensa massa dos pobres [...] Se, em geral, a população das cidades já é demasiado densa, são os pobres os mais amontoados em espaços exíguos. Não contente com a atmosfera envenenada das ruas, encerra-os às dezenas em habitações de um único cômodo, de tal modo que o ar que respiram à noite é ainda mais sufocante. Oferece-lhes alojamentos úmidos, porões onde a água mina do chão ou mansardas de cujo teto ela goteja. Constrói-lhes casas que não permitem que o ar viciado circule [...]

Na passagem do século XIX para o século XX observamos modificações do processo de trabalho derivadas da *taylorização* do processo de produção, que implicou na intensificação do uso de mão-de-obra e também na espacialidade urbana. As observações seguintes são referentes aos EUA. Neste país, observa-se, de forma mais contundente, a redefinição do tradicional critério de



moradia, como analisado anteriormente para a Inglaterra, que se referia à moradia próxima ao local de trabalho. O que foi possibilitado pelo desenvolvimento de um sistema de transportes que redefiniu tanto o modo de vida dos assalariados, quanto o funcionamento urbano. Mas não foi só isso. O sistema de transporte e a produção de moradias também representaram uma nova fronteira de acumulação de capital.

A produção de moradias, se, de um lado, oferecia novas condições de reprodutibilidade da força de trabalho, de outro, produziu um impacto macroeconômico significativo, no momento em que o taylorismo se constituía como o regime de acumulação dominante nos EUA, nas primeiras décadas do século XX. (ABRAMO, 1995, p. 519)

No entanto, foi só a partir da grande crise de 1929 que este dois setores foram incorporados de forma estável à dinâmica da acumulação, através do fordismo. O novo sistema de produção industrial refletiu-se no espaço urbano. A diferenciação residencial resultante desse período tem como força principal a própria dinâmica do processo de acumulação e sua continuidade, que fragmenta a estrutura urbana em um conjunto de classes e frações de classes. Corrêa (2013, p. 42) sintetiza os resultados desse processo da seguinte forma:

- [...] I – fragmentação das classes capitalista e proletária em razão da divisão do trabalho, do progresso técnico e da especialização funcional; em consequência, vários estratos emergem [...]
- II – classes distintas de consumo, visando a uma demanda variável e contínua fundamental para a acumulação de capital;
- III – aparecimento de uma classe média, burocrática, trabalhando na esfera do Estado e de grandes empresas, com o objetivo de organizar e controlar a produção, a circulação, a distribuição e o consumo [...]
- IV – desvios de consciência de classe e projeção ideológica da classe dominante visando desviar a atenção dos problemas das relações capital-trabalho, explorando, por exemplo, os conflitos entre empregados e desempregados;
- V – a necessidade de organizar as chances de mobilidade social que podem advir do processo de produção, circulação, distribuição e sua dinâmica; essas possíveis mudanças podem criar instabilidade na estrutura social, sendo necessário criar barreiras para controlar essa mobilidade, como se pode exemplificar com a educação diferenciada.

Podemos, então, sintetizar os resultados citados acima como um “ajuste espacial” das contradições internas do capital, agora sob novos modos e mecanismos de intervenção estatal. Harvey (1992, p. 125), mostra que “[...] o problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo [...]”.<sup>5</sup>

A “era dourada” do capitalismo, como ficou conhecida na literatura, foi marcada por um planejamento regulador do uso do solo, projetos urbanos articuladores de forças econômicas e

---

<sup>5</sup> “O período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial [...] A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado [...]” (HARVEY, 1992, p. 125)

sociais que repercutiam sobre toda a estrutura urbana. A industrialização desse período implicou no aumento substancial da população vivendo em cidades metropolitanas: “[...] a nova forma espacial tornou-se a região metropolitana espalhada, com vários centros e várias esferas de influência [...]” (GOTTDIENER, 1990, p. 60). A combinação da intervenção e da regulação estatal implicou em programas habitacionais que subsidiaram a propriedade residencial num processo expressivo de suburbanização. Portanto, uma característica marcante desse período em termos de estrutura urbana é um processo de segmentação do espaço urbano da metrópole. Mas, o planejamento urbano disciplinava esse processo. Como esclarece Vainer (2013, p. 37),

[...] sob a égide do consenso keynesiano, a cidade deveria ser regida por necessidades mais gerais de acumulação e circulação do capital, cabendo ao planejamento (modernista) a tarefa da racionalização e funcionalização espacial através de instrumentos de planejamento que se generalizaram a partir da Segunda Guerra Mundial, colocando planos diretores e zoneamento em primeiro lugar.

Todavia, sob o capitalismo com dominância financeira, o planejamento convencional, através da utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo, cedeu lugar à estratégia da cidade-emprego, do planejamento estratégico e do empreendedorismo urbano. Termos usados para denominar a função da cidade no novo regime de acumulação. Harvey (2005) fala de uma transição entre o administrativismo urbano, marca do planejamento urbano da época fordista, e o empreendedorismo urbano dessa nova fase. Neste regime a urbanização apresenta-se como uma nova fronteira de acumulação, “[...] particularmente as transformações no espaço metropolitano como condição de realização do capital financeiro [...]” (ALESSANDRI CARLOS, 2011, p. 107). Não é que a cidade não já representasse uma fronteira de acumulação, mas,

[...] agora, sob a égide do Consenso de Washington, a cidade passa a ser investida como espaço direto e sem mediações de valorização e financeirização do capital. Concebidas enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio), as cidades e os territórios se oferecem no mercado global entregando a capitais cada vez maiores (foot loose) recursos públicos (subsídios, terras, isenções) [...] (VAINER, 2013, p. 37).

## **4 As estruturas urbanas sob o capitalismo com dominância financeira**

### **4.1 O capitalismo com dominância financeira**

Entre meados dos anos 1960 e início dos anos 1970, como informa Harvey (1992, p. 135), tornou-se “[...] cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo [...]”. Fundado numa flexibilidade crescente tanto no nível econômico como no social, observa-se o estabelecimento de um novo período de transformação do capitalismo. Denominado de pós-fordista, de regime de acumulação flexível, toyotismo, de capitalismo com dominância financeira, ele induziu a um conjunto de transformações entre as quais

destacamos: reestruturação espacial da sociedade; uma nova divisão social e espacial do trabalho; a criação de novos espaços de produção e consumo; novas formas de relações sociais. Nas finanças, este período é marcado por mudanças no dinheiro (cada vez com menos lastro na economia real), no crédito e no patrimônio, em alterações de escala e de temporalidade no âmbito monetário-financeiro, na potenciação da concorrência financeira, restrições aos bancos centrais e nos determinantes da dívida pública, e na relação entre circulação industrial e circulação financeira, conforme discorre Braga (1998).

No capitalismo contemporâneo, como explica, ainda, Braga (1998), a financeirização é o padrão sistêmico de riqueza. Isto porque a valorização e a concorrência operam sob a lógica financeira; a financeirização representa a forma contemporânea de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo e trata-se de um padrão sistêmico, porque está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista. Para o mesmo autor, na estratégia de concorrência das grandes corporações a lógica financeira passou a assumir peso análogo em relação ao progresso técnico e ao investimento produtivo.

Na contemporaneidade, no plano da produção, a passagem de formas de produção fordistas para as formas de acumulação flexível, com todas as suas implicações sobre o mundo do trabalho, principalmente as relacionadas à precarização do trabalho, tem rebatimentos importantes sobre a forma urbana, o que os estudiosos sobre o assunto têm denominado de reestruturações urbanas. Com isso a mudança na lógica de produção do espaço urbano, que define a distribuição de usos e conteúdos urbanos, apresenta-se como função da lógica do movimento de valorização do capital, cada vez mais centrado nos ganhos financeiros e patrimoniais decorrentes dos interesses fundiários e imobiliários, representando a nova fronteira de acumulação em escala mundial. Para Sposito (2008, p. 65), “os espaços urbanos estão cada vez mais dispersos e vivemos num período em que se estabelecem diferenças significativas entre as territorialidades e as espacialidades desenhadas nas cidades pelos diferentes estratos sociais”. Como aponta Harvey, ainda em 1980, “[...] a ‘metropolização contemporânea’ está envolta em uma economia global de grande complexidade [...]” (HARVEY, 1980, p. 224).

Nesse contexto, a segregação espacial tem sido um dos mais expressivos fenômenos da virada do século XX para o século XXI, resultado tanto do aumento da força de trabalho assalariada global quanto da sua maior exploração. Harvey (2005, p. 213), demonstra que “[...] na atualidade, a força de trabalho está muito mais dispersa geograficamente, sendo muito mais culturalmente heterogênea, étnica e religiosamente diversa, racialmente estratificada e linguisticamente fragmentada”, refletindo processos perversos de nítida segmentação social, salarial, racial e étnica. Conclui o referido autor que:

[...] entre a classe trabalhadora global, as diferenças (tanto geográficas como sociais) em salários e previdência social são também maiores do que nunca. A diferença política e econômica entre os trabalhadores mais afluentes (por exemplo, alemães e norte-americanos) e os trabalhadores assalariados mais pobres da Indonésia e do Mali é muito maior do que, no século XIX, entre a assim chamada aristocracia operária europeia e seus correspondentes não especializados. (HARVEY, 2005, p. 213)

Vale a pena ilustrar que a realidade desta “globalidade nova”, de modificação qualitativa das relações reforçando a exploração e a polarização, descrita pelos autores acima citados, já era explicada por Lefebvre na década de 1970, quando o mesmo escreve:

Esta globalidade nova que (consciente ou não) tem como sentido e como fim a re-produção das relações de produção, mais ainda do que o lucro imediato ou o crescimento da produção, é acompanhada por uma modificação qualitativa profunda dessas relações. As relações de dominação que originalmente subtendem, reforçando-as, as relações de exploração, tornam-se essenciais, centrais. A vontade de poder (capacidades de coação e de violência) passa por cima dos gostos de lucro e proveito, da busca do super-lucro (lucro máximo). As leis econômicas e sociais perdem o aspecto físico (natural) descrito por Marx e, portanto, cego e espontâneo; tornam-se cada vez mais constrangedoras a coberto do contrato (ou sem essa cobertura). (LEFEBVRE 1973, p. 97)

A nova classe global, derivada do processo acima descrito na citação de Lefebvre, e adensada pelo regime de acumulação capitalista com dominância financeira, tem contribuído para o estabelecimento de novas formas de *apartheid*: um mundo no qual a classe baixa simplesmente não existe. Žižek (2011, p. 18), cita como exemplos concretos desse processo Xangai e São Paulo.

Na China contemporânea, os novos-ricos construíram comunidades isoladas de acordo com o modelo idealizado de uma cidade ocidental ‘típica’; perto de Xangai, por exemplo, há uma réplica ‘real’ de uma cidadezinha inglesa, com uma rua principal, *pubs*, uma igreja anglicana, um supermercado Sainsbury etc.; a área toda é isolada das cercanias por uma redoma invisível, mas nem por isso menos real. Não há mais hierarquia de grupos sociais dentro da mesma nação: os moradores dessa cidade vivem num universo em que, em seu imaginário ideológico, o mundo circundante da ‘classe baixa’ simplesmente *não existe* [...] São Paulo [...] ostenta 250 helipontos em sua área central. Para evitar o perigo de se misturar com gente comum, os ricos de São Paulo preferem utilizar helicópteros, de modo que, olhando para o céu da cidade, temos realmente a impressão de estar numa megalópole futurista do tipo que se vê em filmes como *Blade Runner* ou *O quinto elemento*: as pessoas comuns enxameando as perigosas ruas lá em baixo e os ricos flutuando num nível mais alto, no céu.

Por seu turno, Sassen (2010), fala de uma nova geografia de centros e margens, que reproduz e amplia as desigualdades existentes (segmentação social, salarial, racial ou étnica): “[...] os trabalhadores com maior formação educacional no setor corporativo enxergam sua renda aumentar a níveis inusitados, enquanto os operários e trabalhadores com pouca ou média formação enxergam a sua afundar [...]” (SASSEN, 2010, p. 95).

Portanto, sob o capitalismo com dominância financeira, o perfil distributivo é caracterizado por uma polarização da riqueza extremamente elevada. Furtado (1987) já colocava dessa forma os termos do problema: sendo os mercados financeiros os que apresentam as mais altas taxas de rentabilidade, a distribuição da renda em escala mundial passa a ser crescentemente determinada por operações de caráter virtual. Neste contexto, a reprodução do capital se realiza cada vez mais de

duas formas. A saber: graças ao aumento do consumo dos *rentier*; e graças ao consumo endividado dos assalariados (MARAZZI, 2011). Isto porque a produção se socializou e se transformou radicalmente. Como descreve Cocco (2000, p. 15), “[...] por um lado, ela se desmaterializou (é cada vez mais produção e comunicação de informações) e, por outro, conseguiu (exatamente graças a essa mobilização produtiva imaterial) abastecer os mercados sem universalizar a relação salarial (e, portanto, sem distribuir riqueza!) [...]”.

É como estivéssemos vivenciando uma nova acumulação original ou primitiva, ou como denomina Harvey (2004), uma acumulação via espoliação. Processo que segundo Marazzi (2011, p. 45), se evidencia “[...] sempre que a expansão do capital se choca contra o comum produzido por relações sociais e cooperações liberais das leis de exploração capitalista [...]”. Para este autor, “[...] a análise da financeirização evidencia verdadeiros e próprios processos perversos [...] qualquer que seja o interesse coletivo [...]”.

Nesse sentido, a financeirização não é um desvio, mas sim a forma de acumulação do capital simétrica aos novos processos de trabalho e da circulação do capital e, conseqüentemente, da espacialização da sociedade. A quantidade de mais-valia criada pelos novos dispositivos de extração do valor é enorme, chegando ao próprio consumidor que é transformado no verdadeiro e próprio produtor do valor econômico. Presenciamos, assim, “[...] a um aumento concomitante da potência do rendimento e a um esfacelamento da distinção entre rendimento e lucro”. (VERCELLONE, 2011, p. 117)

Nesse movimento, a classe operária sofreu evidentes processos de (re)proletarização e a renda da massa diminuiu, tanto em termos relativos quanto absolutos, em relação ao capital e à acumulação capitalista, como informa Roth (2011). Os resultados espaciais deste processo serão discutidos na próxima seção.

## 4.2 As estruturas urbanas

As estruturas urbanas do século XXI expressam de forma contundente as novas diferenças geográficas derivadas da lógica do regime de acumulação com dominância financeira: “[...] mesmo nas cidades do mundo desenvolvido estão surgindo territórios excluídos dos benefícios do crescimento, na forma de guetos e periferias onde a precariedade do *habitat*, o isolamento do *mainstream* da sociedade, a violência e a desertificação cívica são as principais marcas [...]” (RIBEIRO, 2007, p. 21). Essas diferenças geográficas

[...] estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente [...] Os especuladores (com apoio financeiro internacional) que procuram

maximizar ganhos a partir de aumentos dos preços do aluguel da terra, por exemplo, estão agora reformulando radicalmente os ambientes metropolitanos de Xangai e de Moscou, tanto quanto os de Londres e Nova York. A busca mais generalizada de aluguéis diferenciados cria diferenças geográficas proporcionalmente à intensidade dos investimentos de capital, com frequência garantindo que regiões com abundância de capital fiquem mais ricas enquanto as carentes ficam relativamente mais pobres [...] (HARVEY, 2006, p. 111)

Esta citação de Harvey sintetiza a condição urbana sob o capitalismo com dominância financeira, relacionada à produção de novas diferenças geográficas, nas escalas interurbana e intra-urbana. Em toda a história do capitalismo a produção de diferenças geográficas é uma constante, mas sob o capitalismo com dominância financeira este traço do capitalismo é exacerbado na proporção da polarização gerada pelo sistema.<sup>6</sup> Pois, observamos a passagem “[...] do espaço enquanto condição e meio do processo de reprodução econômica ao momento em que [...] ele próprio, é o elemento central da reprodução do capital” (ALESSANDRI CARLOS, 2011, p. 100).

Temos, portanto, associado ao um novo regime de acumulação uma mudança nos modelos e paradigmas do planejamento urbano, que se dá na direção da liberalização do mercado de terras e da moradia. Como destaca Vainer (2013, p. 38) “[...] trata-se de abandonar a pretensão compreensiva e dirigista dos planejadores racionalistas e submeter a intervenção do Estado às lógicas, dinâmicas e tendências de mercado”. O que implica no reforço das desigualdades do espaço urbano, que por sua vez, está associado à privatização dos serviços urbanos e a ideia da cidade como máquina de produzir riqueza<sup>7</sup>. Nesse processo, como esclarece Alvarez (2013, p. 119):

Desconsidera-se, sobretudo, a realidade urbana preexistente, especialmente quando se trata de assentamentos precários, ou de comunidades de baixos rendimentos. As remoções forçadas têm constituído elemento central da reprodução do espaço urbano contemporâneo, não só no Brasil, o que revela que a expropriação, longe de ser um processo localizado no momento da formação do capital, também não é apenas produto da crise capitalista, mas parte da estratégia de sua superação pela reprodução do espaço, o que atualiza o termo da segregação urbana como negação do direito à cidade [...] O que se verifica [...] é uma tendência geral de ‘desregulamentação da cidade’, com a flexibilização de leis de zoneamento, de potencial construtivo, no sentido de torna-la mais plástica e fluida para possíveis inversões, empreendidas em fragmentos, abrindo fronteiras à valorização [...].

Portanto, ao mesmo tempo em que observarmos um processo de aumento da polarização social, verificamos, também, o aprofundamento de processos de diferenciação, de segmentação e de

---

<sup>6</sup> Em particular, no Brasil, como aponta Ribeiro (2007, p. 31), a segmentação socioterritorial é resultante da seguinte combinação de fatores: “[...] (i) a segmentação do mercado de trabalho; (ii) crise de mobilidade urbana, atingindo mais fortemente os trabalhadores informais; e (iii) crise do sistema de provisão de moradias.”

<sup>7</sup> Existe uma vasta literatura crítica sobre o empreendedorismo urbano, ou o planejamento estratégico urbano, como ficou conhecido no Brasil. Destacamos no Brasil as obras de Arantes, Vainer e Maricato (2000), e Compans (2005), como representantes de uma referência crítica da discussão. De forma geral, essa abordagem representa a adoção de políticas neoliberais no plano da cidade. Nessa perspectiva, como a concepção dos grandes planos, do zoneamento funcional, já não atende às necessidades dos processos moleculares de acumulação, estes buscam intervenções em fragmentos estratégicos da cidade para a produção de “novos lugares urbanos”, necessários a valorização do capital. É o urbanismo dos grandes projetos: “[...] a literatura a respeito deste ‘novo urbanismo’ ancorada em grandes projetos chamados de revitalização, de instalação de monumentos arquitetônicos, de equipamentos culturais e/ou esportivos, centros de turismo, revela que o processo conduz à seletividade dos investimentos e dos sujeitos que se quer atrair para estas áreas [...]” (ALVAREZ, 2013, p. 120).

segregação espaciais muito mais fortes que no período anterior. A metrópole expande-se, complexifica-se, fragmenta-se e ao mesmo tempo se polariza em áreas específicas para a realização do capital e em áreas que sustentam essa realização a custas dos processos perversos, acima colocados. Para Robira (2011, p. 10)

[...] é possível supor que para que continuem a produzir tal acumulação [os territórios metropolitanos] devem ser territórios capazes de manter no seu interior territórios ‘não capitalistas’ que, na forma de ‘reservas’, tenham a função de resolver de maneira eficaz as sucessivas crises de expansão/acumulação do próprio sistema territorial metropolitano. Esses territórios ‘não capitalistas’ poderiam ser denominados mais propriamente como ‘territórios não metropolitanos’ ou ‘territórios adormecidos’, porque suas particulares estruturas urbanas, sociais e econômicas, subprodutos do processo de acumulação territorial, invalida-os temporariamente para a própria acumulação e, não obstante, serão espaços a transformar nas sucessivas operações urbanísticas de ajuste do espaço urbano às necessidades do capital.

Nesse processo, o Estado deixou de ser o mais importante agente na organização do espaço através da utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo. Ganham força os processos moleculares de acumulação de capital sob a lógica do capital financeiro-imobiliário, impondo a lógica da mercantilização e da privatização de infraestruturas e espaços públicos: o “[...] mercado do solo urbano que tradicionalmente se havia mantido no âmbito local ou regional ou, como máximo, nacional, no caso das capitais e das grandes cidades [...] se ampliou a um mercado global” (CARRERAS, 2011, p. 27). Mais do que isso, a intervenção do Estado passou a assumir papel central na criação das condições necessárias à realização do processo de acumulação através dos processos de revitalização urbana, altamente polarizadores do espaço: denominados na literatura de “gentrificação”: “[...] nesta perspectiva, a urbanização se insere como momento do processo geral de valorização do capital e da universalização da forma mercadoria [...]” (ALVAREZ, 2013, p. 112). Portanto, a “gentrificação”, a renovação urbana e a reestruturação urbana fazem parte do processo de transformação do urbano em mercadoria. Realizadas sob um sistema de parceria público-privada, em que o poder público entra com os riscos, a iniciativa privada fica com os lucros e os cidadãos a espera dos benefícios que nunca chegam, como conclui Harvey (2006).

As chamadas cidades ‘globais’ do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes corporações e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados [...] As cidades sempre foram lugares de desenvolvimentos geográficos desiguais (às vezes de um tipo totalmente benevolente e entusiasmante), mas as diferenças agora proliferam e se intensificam de maneiras negativas, até mesmo patológicas, que inevitavelmente semeiam tensão civil. (HARVEY, 2013, p. 29)

Apesar do processo acima descrito ser em essência internacional, todavia, precisamos considerá-lo no âmbito dos desenvolvimentos geográficos desiguais. No Brasil, em particular, por um lado, “[...] o crescimento das favelas continua sendo a expressão da solução perversa das necessidades habitacionais acumuladas [...]”, como evidencia Ribeiro (2007, p. 24), apontando para

a tendência da reprodução da pobreza e da desigualdade. Por outro, são bastante conhecidas as recorrentes tendências de auto-isolamento das camadas superiores em condomínios exclusivos.

Esses lugares de pobreza e desigualdades geram, por sua vez, processos regressivos e se tornam espaços da insegurança e do risco social, em contraposição ao direito à vida urbana, como afirma Harvey (2013). O isolamento da população nesses espaços ou a crise de mobilidade urbana<sup>8</sup>, em outros termos, produz um processo de imobilização territorial do trabalhador, bloqueando a sua plena acessibilidade aos territórios onde estão disponíveis oportunidades de emprego e renda:

[...] nos últimos nove anos, com efeito [nas regiões metropolitanas brasileiras], nada menos de 26% dos brasileiros que hoje vegetam com renda familiar abaixo de R\$ 500 trocaram o ônibus pelo par de tênis. Outros 13% pela bicicleta [...] O conjunto de dados em pesquisas realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento e Informação sobre Transportes tem evidenciado a relação entre crise da mobilidade vigente nas áreas metropolitanas e suas consequências na constituição de bolsões de pobreza (RIBEIRO, 2007, p. 22).

Portanto, os processos de mercantilização e de privatização do espaço, em termos mundiais, têm como contrapartida uma forma mais avançada e complexa de segregação socioespacial. No caso dos países da periferia do capitalismo esse processo assume a forma de uma fragmentação socioespacial, com implicações dissociativas entre progresso material e urbanização, entre economia e território. Enfim, entre a forma espacial e os impulsos civilizatórios. É a “urbanização dos baixos salários”. Termo usado por Maricato (2013), ao fazer uma analogia com o processo de “industrialização dos baixos salários”<sup>9</sup>. Conforme explica Vainer (2013, p. 39),

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados.

Como, Altvater (2010, p. 55), acreditamos que “[...] a continuação do capitalismo no fim da história não trará apenas, conforme sugere a euforia impensada, a democracia, a liberdade, a economia de mercado e o bem-estar, mas talvez a ‘destruição do ser’”. Pois, tamanho é o seu desprezo pela existência dos povos, os conteúdos da vida, a natureza e o ser. Visto que, conforme sintetiza Žižek (2013, p. 104), “[...] a tendência geral do capitalismo global atual é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição de serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político [...]”.

---

<sup>8</sup> “[...] O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho”. (MOVIMENTO..., 2013, p. 15)

<sup>9</sup> “[...] Afinal, do binômio matricial industrialização-urbanização no capitalismo periférico e escravocrata brasileiro não saiu um pacto redistributivo entre capital e trabalho, com integração social pela via dos direitos, tampouco uma reforma urbana que revertere a secular expropriação e segregação socioespacial”. (BRITO e OLIVEIRA, 2013, p. 66)



## 5 Conclusão

A financeirização da economia, evidenciada a partir dos anos 1970, abriu uma nova fase no processo de acumulação de capital em nível mundial. Ela passou a representar um poderoso instrumento de recuperação da rentabilidade do capital fora dos processos puramente produtivos. A partir deste período, espalhada por todo o ciclo econômico, a financeirização tem ampliado as possibilidades de obtenção da mais valia do seu próprio processo de circulação D-D', aguçando o fosso entre necessidades sociais e a lógica da acumulação. A contrapartida espacial do novo processo de acumulação, na virada do século XX para o XXI, momento no qual o capitalismo “desregulamenta” a cidade e transforma espaços específicos desta em mercadoria, sujeita às vicissitudes do capital, é uma forma mais complexa e avançada de segregação espacial, que apesar das particularidades regionais, ocorre em termos mundiais. Nos países da periferia do capitalismo, a segregação socioespacial assume a forma de fragmentação socioespacial, com implicações dissociativas entre progresso material e urbanização, entre economia e território. Enfim, entre a forma espacial e os impulsos civilizatórios.

## 6 Referências

- ABRAMO, Pedro. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 1995.
- ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- \_\_\_\_\_. A urbanização da sociedade: questões para o debate. In: PIÑON DE OLIVEIRA, Márcio et al (Org). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008.
- ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.
- BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (Orgs). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 4ª ed. Petrópolis: RJ, 1998.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Territórios transversais. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo/Boitempo: Carta Maior, 2013.

CARRERAS, Carles. Da cidade industrial à cidade dos consumidores: reflexões teóricas para debater. In: ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani; CARRERAS, Carles. **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Editora Contexto, 2011. (Novas Abordagens, GEOUSP; v. 4)

COCCO, Giuseppe. A Cisão entre capital fictício e real e as novas figuras do trabalho. **Proposta**, n° 86, set/nov., 2000.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS et al. **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond (Coords.). **Reestruturação urbana**: tendências e desafios. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo/Boitempo: Carta Maior, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973. (Cadernos O homem e a sociedade)

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1972].

MARAZZI, Christian. A violência do capitalismo financeiro. In: FUMAGALLI, Andreia; MEZADRA, Sandro (orgs). **A crise da economia global**: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo/Boitempo: Carta Maior, 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo/Boitempo: Carta Maior, 2013.

RIBEIRO, L. C. Q. Metrôpoles, Reforma Urbana e Desenvolvimento Nacional. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Orlando Alves dos Santos Júnior. (Org.). **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

RORIBA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas: espaços colonizados. In: ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani; CARRERAS, Carles. **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Editora Contexto, 2011. (Novas Abordagens, GEOUSP; v. 4).

ROTH, Karl Heinz. Crise global, proletarização global, contraperspectivas. In: FUMAGALLI, Andreia; MEZADRA, Sandro (orgs). **A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização da sociedade e novas espacialidades urbanas. In: PIÑON DE OLIVEIRA, Márcio et al (Org). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008.

TROTSKY, León. **La Tercera Internacional después de Lenin** (o el gran organizador de derrotas), [s/l], [s/d]. Disponível em: < <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/eis/1928-comintern-depues-de-lenin.pdf>>. Acessado em outubro de 2013.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo/Boitempo: Carta Maior, 2013.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS et al. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VERCELLONE, Carlo. A crise da lei do valor e o tornar-se rentista do lucro. In: FUMAGALLI, Andreia; MEZADRA, Sandro (orgs). **A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico & civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo/Boitempo: Carta Maior, 2013.